

Seminário da Undime Região Sul discute temas relevantes para a educação no Brasil

O encontro, realizado no Centro de Eventos da UFSC em Florianópolis, teve como objetivo discutir as novas Diretrizes do Ensino Fundamental e Infantil, o ensino obrigatório dos 04 aos 17 anos, o Transporte Escolar, o Levantamento da Situação Escolar, entre outros assuntos que permeiam a educação na região Sul e no Brasil.

Confira mais informações.

Pág. 6



Cerca de 600 Secretários Municipais de Educação e técnicos das Secretarias dos Municípios do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina participaram do evento

A escola como espaço criativo e prazeroso facilita o processo de ensino e aprendizagem

Esse é o objetivo do projeto Aprender com Arte, desenvolvido pela Escola Reunida Municipal Professora Lydia Franzon Dondoni, de Nova Erechim. O trabalho mostra que medidas pedagógicas simples podem surtir bons efeitos na aprendizagem. A interação entre as pessoas envolvidas no fazer escolar e comunitário, de forma comprometida, reforça a capacidade de aprender a conhecer, fazer, conviver. Torna a escola um lugar muito mais interessante. **Pág. 12**



Santa Catarina é destaque no IDEB 2009

Pág. 3

PRALER:
Programa de incentivo à leitura visa a reduzir os índices de reprovação em São Miguel do Oeste

Pág. 5

Undime/SC realiza eleições para cargos vagos na Diretoria

Devido ao afastamento de alguns Dirigentes Municipais de Educação, a Undime/SC realizou, no último dia 07 de julho, durante o I Seminário de Educação da Undime Região Sul, a eleição para cargos vagos.

A Secretária Municipal de Educação de Chapecó, Astrit Maria Savaris Tozzo, foi eleita vice-presidente da Undime/SC. Ela assume o cargo, após a saída, por motivo de saúde, do então vice-presidente, Maurício Nascimento.

A Secretaria de Finanças da instituição também tem nova representante, a Secre-

tária Municipal de Educação de Palhoça, Joicelete da Silveira Santos. Também foram eleitos representantes e conselheiros para as Associações Municipais, cargos que estavam à disposição.

A gestão, que tem como presidente o Secretário Municipal de Educação de Florianópolis, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, segue à frente da instituição até 2011.

A equipe da Undime/SC dá as boas vindas aos novos membros da Diretoria, e deseja um bom ano de trabalho a todos.

Alunos de São Cristóvão do Sul combatem Bullying

A Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, por meio da Secretaria Municipal de Educação, apoia o projeto de combate ao Bullying, desenvolvido por alunos do 4º ano da Escola Núcleo Educacional Crescer e coordenado pelo professor de Educação Física, Andrei Santos.

Intitulado "Fora Bullying, seja amigo", o projeto é desenvolvido no ambiente escolar, com a distribuição de folheto explicativo que visa a inibir a prática deste tipo de violência. O Trabalho, desenvolvido pelos alunos, busca oportunizar um conhecimento mais aprofundado sobre o Bullying Escolar, tema que vem sendo discutido em Santa Catarina, por meio da Campanha "Bullying, isso não é brincadeira", promovida pelo Ministério Público do estado.

Colaboração SME São Cristóvão do Sul

Garopaba prepara professores para escola Inclusiva

Baseada nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a Secretaria Municipal de Educação de Garopaba proporcionou curso de capacitação aos professores e diretores das escolas com alunos incluídos. O objetivo deste curso foi favorecer ao professor reflexão sobre sua realidade profissional, sua prática pedagógica e sobre a Instituição de Ensino em que trabalha, do ponto de vista da proposta de educação para todos e do princípio da escola inclusiva.

A Educação Especial, como modalidade de educação escolar, que perpassa todas as etapas e níveis de ensino, está definida nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que regulamenta a garantia do direito de acesso e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais e orienta para a inclusão em classes comuns do sistema regular de ensino.

Colaboração SME Garopaba

Tijucas é um dos primeiros municípios de SC a ter um CATIS

O que há de mais avançado em termos de tecnologia acaba de chegar a Tijucas – um dos primeiros municípios do estado de Santa Catarina a receber um CATIS – Centro de Acesso à Tecnologia para Inclusão Social. O projeto foi implantado a partir de uma parceria entre Administração Municipal – por meio da Secretaria de Educação –, o Ministério da Ciência e Tecnologia e a Caixa Econômica Federal. A inauguração do Centro foi realizada no dia 22 de julho e contou com a presença de diversas autoridades.

Segundo a Secretária Municipal de Educação, Márcia Machado Maurício, a inauguração do CATIS é a realização de um sonho e uma grande conquista para o município. "Pouquíssimas escolas municipais contam com um espaço tão bem equipado e preparado para utilizar novas tecnologias como

temos hoje em Tijucas", afirma.

Instalado na Escola Municipal Deputado Walter Vicente Gomes, o Centro conta com 21 computadores de última geração, televisão LCD de 42 polegadas, impressora multifuncional, aparelho de data show, câmera fotográfica, filmadora e ainda 24 pen drives (dispositivos móveis para armazenamento de dados).

Além de todos estes recursos, a grande novidade do laboratório é a Lousa Digital Interativa, uma tela inteligente, que é acionada com o toque dos dedos, no que chamamos de 'touch screen'. Com ela, os alunos podem interagir com os conteúdos que são projetados na tela e se divertir com jogos educativos, preparados especialmente para as aulas de informática e outras disciplinas conjugadas.

Colaboração Assessoria SME Tijucas

Os alunos experimentam as novidades trazidas pelas tecnologias digitais, e têm acesso a um mundo distante da realidade de muitas crianças.



Foto: Fabiana da Silva -PMT

Escola desenvolve projeto para inclusão de deficientes auditivos em Itapema

O ano de 2010 será um marco para a Escola de Ensino Fundamental Prefeito Francisco Victor Alves, da rede Municipal de Educação de Itapema. Esta instituição está desenvolvendo um projeto de grande importância para a inclusão de alunos com Deficiência Auditiva, que tem como objetivo mostrar as diversas formas de comunicação utilizadas pelos surdos, como a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

O projeto, que tem como colaboradores a aluna Kimberly Renata Pereira dos Santos, deficiente auditiva, a intérprete Elaine Gregório Bastos, a Orientadora Educacional Silvana Ghiotto e a Psicopedagoga Silvia Renata Monteiro visa a ensinar aos alunos de primeiro ano uma maneira prazerosa de aprender as cores, as letras do alfabeto, os números e outros conteúdos, além de conhecerem novas formas de comunicação e serem preparados para receber colegas com necessidades especiais. Segundo a psicopedagoga, os resultados apresentados até o momento são muito positivos.

Colaboração SME Itapema

Expediente:

Presidente Undime/SC: Rodolfo Joaquim Pinto da Luz
Jornalista Responsável: Graziane Ubiali -SC3497/JP

Contatos:

Telefone: (48) 3251-6129 e Fax: (48) 3251-6129
E-mail : secretaria@undime-sc.org.br ou
assessoriaundime-sc@gmail.com
Site: www.undime-sc.org.br



Santa Catarina está entre os 5 primeiros estados no ranking do IDEB 2009

Os índices de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), divulgados no início do mês de julho, apresentam uma melhora significativa na qualidade da educação brasileira. O resultado é um reflexo da baixa evasão e o bom desempenho nas avaliações. Em Santa Catarina, como em anos anteriores, os índices se repetem positivamente, classificando o estado entre os 5 primeiros no ranking do país.

A média catarinense para os anos iniciais foi de 5,2, um ponto a frente da média nacional que era de 4,2 para 2009. Já para os anos finais a média foi de 4,5, atingindo a nacional.

O Ideb foi criado em 2005, como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), para medir a qualidade do ensino nas redes públicas e privadas, nas esferas municipais, estaduais e federais, e em cada escola. O índice utiliza escala de zero a dez pontos e é medido a cada dois anos. O objetivo é que o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, se equipare a qualidade do ensino em países desenvolvidos, para tanto, é necessário atingir a meta estipulada para 2021, que é a obtenção da média 6.

Em Santa Catarina, muitos municípios estão bem próximos da meta estipulada para 2021, com o propósito de atingi-la ainda em

2011, enquanto outros já a ultrapassaram em 2009. Um exemplo é o município de Garuva, que atingiu a média de 6,9 nos anos iniciais, garantindo a Garuva o 1º lugar no estado.

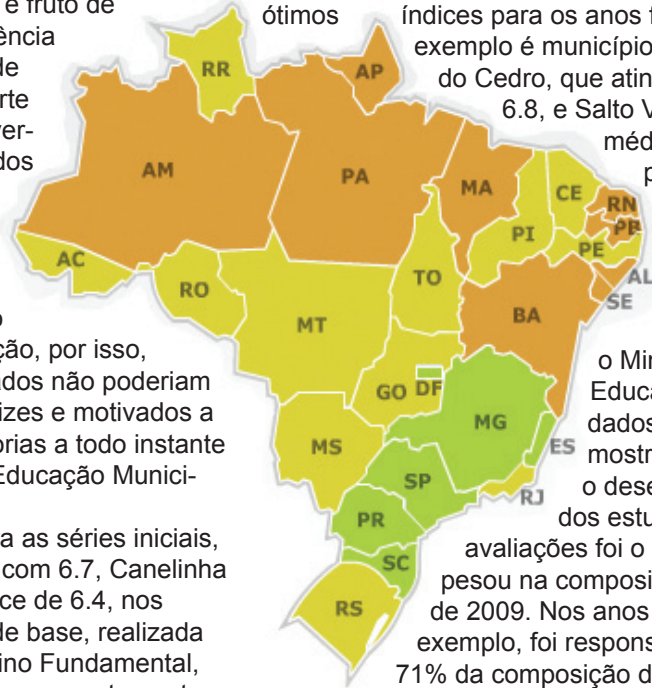
Para a Secretária Municipal de Garuva, Márcia Corrêa, o resultado é fruto de muita dedicação e competência demonstrada pela equipe de profissionais que fazem parte da rede, que aliado aos diversos programas desenvolvidos nas escolas, fortalecem o aprendizado e elevam os índices. "Trabalhamos com seriedade, nos capacitando e redirecionando posturas acerca da Educação, por isso, acreditamos que os resultados não poderiam ser diferentes. Estamos felizes e motivados a fim de promovermos melhorias a todo instante e em todos os lugares da Educação Municipal", afirma.

Outros resultados para as séries iniciais, como o município de Ipira, com 6,7, Canelinha com 6,5 e Rodeio com índice de 6,4, nos mostram que a educação de base, realizada nos primeiros anos do Ensino Fundamental, está sendo fortalecida, e consequentemente

trará resultados positivos para os anos finais, para que até 2021, todos os municípios brasileiros possam superar as metas estabelecidas.

Santa Catarina também apresentou ótimos índices para os anos finais, um exemplo é município de São José do Cedro, que atingiu a média 6,8, e Salto Veloso com a média 6, ultrapassando a média nacional que era de 3,7 para 2009.

Segundo o Ministério da Educação os dados divulgados mostram que o desempenho dos estudantes nas avaliações foi o que mais pesou na composição do Ideb de 2009. Nos anos iniciais, por exemplo, foi responsável por 71% da composição da nota.



Escolas da Capital melhoram desempenho no IDEB 2009

Os destaques são, a Escola Desdobrada João Francisco Garcez e a Escola Básica Almirante Carvalhal.

A rede municipal de ensino de Florianópolis melhorou o seu desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, IDEB, em dados divulgados recentemente pelo Governo Federal e que são calculados a cada dois anos. De acordo com os últimos números, que são de 2009, nos anos iniciais, o índice alcançado, de 5,2, é próximo daquele projetado pelo Ministério da Educação para 2013 (5,3). Nos anos finais o índice atingiu 4,5 - ultrapassando o esperado para 2011 (4,4).



Alunos da rede municipal de educação de Florianópolis

No ensino fundamental, que é o caso das unidades educativas da prefeitura, o IDEB leva em consideração o desempenho dos alunos na Prova Brasil, que engloba as disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa, em conjunto com a taxa de aprovação no quarto ano e oitava série.

As escolas desdobradas municipais João Francisco Garcez, no Canto da Lagoa, e Retiro da Lagoa ficaram entre os estabelecimentos de ensino com média igual ou superior a 6,0. Esta meta foi fixada e deverá ser atingida por todas as escolas do Brasil até 2022, ano do Bicentenário da Independência.

Nos anos finais, os melhores índices da rede municipal de ensino da Capital concentraram-se na Escola Básica Municipal Almirante Carvalhal, em Coqueiros, com 5,4, e na Escola Básica Municipal Paulo Fontes, em Santo Antônio de Lisboa, com 5,2.

Nível nacional

Entre as capitais do país, a rede municipal de Florianópolis, nos anos iniciais, ficou na quarta posição, à frente de cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre e atrás de Curitiba, Palmas e Belo Horizonte. Nos anos finais a posição de Florianópolis é também de quarto lugar, ultrapassando Curitiba, São Paulo e Belo Horizonte.

Colaboração Assessoria de Comunicação SME Florianópolis

Ipira comemora resultado do IDEB 2009

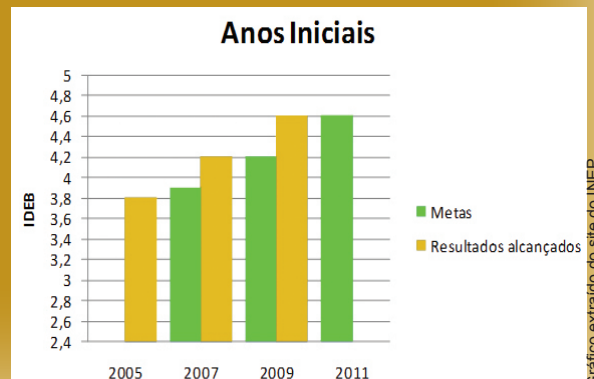
O Ministério da Educação (MEC) divulgou os números do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o município de Ipira comemora o resultado. Segundo os dados do MEC, nas Séries Iniciais do ensino fundamental (1º ao 4º ano), Ipira obteve nota 6,7, revelando um crescimento acentuado no nível educacional. Em 2005 a nota era 3,9, passando dois anos depois para 5,8, até chegar em 6,7 no ano passado. O objetivo do MEC é de chegar a 5,9 em 2019 e 6,1 em 2021. Comparando essas projeções, Ipira praticamente atingiu a meta de 2019 em 2007 e ultrapassou a meta de 2021, se tornando o segundo município do Estado no IDEB, atrás apenas por dois décimos de Garuva.

A Secretária Municipal de Educação, Sônia Mara Viero, comemora o resultado que era aguardado com bastante expectativa. "O que determinou esse índice, com certeza foi a implantação dos Princípios Norteadores da Educação na rede municipal, a adoção do Sistema Positivo de Ensino, a maioria dos professores efetivos em suas respectivas áreas, capacitação continuada dos professores, o empenho, o comprometimento e a dedicação dos professores, a melhoria da estrutura das escolas, o apoio e incentivo da administração municipal, que nos concede autonomia para atuar. Não posso esquecer da participação efetiva dos pais na vida escolar dos alunos e das atividades de contraturno, como dança, música, esporte, artesanato e outras, que são oportunizadas aos alunos", explica.

Sônia comenta ainda sobre a participação da Assessoria Pedagógica da secretaria, que com eficiência e competência influenciou na garantia do ótimo resultado,

que ultrapassa a meta que seria para 2021. A média de Santa Catarina nas séries iniciais foi 5,2, na região Sul 5,1 e no país 4,6.

Colaboração SME Ipira



Rede Municipal de Ensino de Garuva constrói Proposta Curricular Unificada

O Ensino Municipal de Garuva, que em Julho/2010 arrematou por meio do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) uma situação privilegiada acerca da oferta de um sistema educacional, pautado na qualidade e na excelência, prossegue articulando ações para a elaboração coletiva de sua Proposta Curricular Unificada para as Escolas Municipais.

Em se tratando de Anos Iniciais, no último IDEB, a Rede Municipal de Ensino de Garuva conquistou o 1º lugar em nível de Santa Catarina e o 12º no Brasil, índices que retratam claramente a realização de um trabalho articulado, eficaz e realizado por profissionais talentosos.

De 21 a 23 de Julho, professores, especialistas, funcionários e gestores escolares reuniram-se, a fim de prosseguir, embasados nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, na elaboração de uma proposta capaz de unificar ações a serem desenvolvidas no Universo Educacional do Município.

Para o professor de História da Escola Municipal Vicente Vieira, Edevânio Francisoni Arceno “poder participar da construção de uma Proposta Curricular que leva em consideração também as realidades existentes e evidenciadas

por nós professores, é algo sensacional, crítico e eficaz, pois nos encaminha a condições de maior assertividade mediante as atividades que propomos para o aprendizado de nossos alunos. Estou feliz em poder fazer parte desse marco para a Educação de Garuva”.

Além da preocupação em oferecer uma identidade única e articulada entre as Instituições que formam o Ensino Municipal, a Proposta Curricular Unificada das Escolas Municipais de Garuva busca privilegiar ações de socialização e erradicação do preconceito, além de incentivar a prática da cidadania, do esporte, da cultura e do lazer. Outra abrangência interessante está no fato do trabalho possuir o compromisso maior da coletividade e da transversalidade de conteúdos, necessária ao aprendizado construído por todos. “Estamos em um momento histórico para a Educação de Garuva e acreditamos que tal trabalho irá incrementar ainda mais os processos educacionais que desenvolvemos. Por fim, esperamos brilhantes resultados no tocante ao ensino e ao aprendizado de nossos estudantes, o que é o nosso maior objetivo”, esclarece a Diretora de Ensino de Garuva, senhora Neusa Wachholz.

Colaboração Assessoria de Comunicação SME Garuva

Escola Municipal Emma Balke de São Miguel do Oeste completa 19 anos

O Grupo Escolar Municipal Emma Balke comemorou, no dia 02 de julho, o Aniversário de 19 anos na presença de educadores, lideranças, alunos, pais e familiares, que fizeram e fazem a história do educandário, além do apoio da APP, Secretaria Municipal de Educação e Governo de São Miguel do Oeste.

A escola, que leva o nome de Emma Pietrowski Balke, pioneira de São Miguel do Oeste, é resultado da união de esforços de muitos que contribuíram e contribuem para colocar em prática a proposta pedagógica da Educação Popular, tornando-s uma escola cidadã, que valoriza a participação da família e da comunidade.

O Secretário Municipal de Educação, Juarez da Silva, destacou que para construir a escola desejada, de forma diferente e lúdica, é necessário envolver pais, alunos, familiares e a equipe de profissionais. “Esta escola e todos os colaboradores estão de parabéns pelos 19 anos de atuação e por oportunizar um ensino

qualificado nesta unidade da rede municipal”.

O prefeito Nelson Foss da Silva parabenizou a comunidade escolar pelo aniversário e pela participação que tem tido junto ao educandário e às atividades organizadas pela direção e coordenação. “Queremos uma nova forma de fazer educação em nosso município, pois passa pela educação a transformação de nosso país e temos a certeza que estamos neste caminho. Todos são responsáveis neste processo, especialmente agora com este formato novo de educação popular que implantamos nas escolas e creches, a fim de construir e formar estes novos cidadãos migueloestinos”.

Colaboração Assessoria de Comunicação SME São Miguel do Oeste



Comunidade comemora os 19 anos de existência da escola na localidade

Redes municipais de Major Gercino e Guabiruba trocam experiências

Professores da Rede Municipal de Educação de Major Gercino visitaram as Escolas e Pré-escolas da rede municipal de Guabiruba para conhecer a Pedagogia do Projeto e trocar experiências, com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino no município, além de encontrar soluções para a falta de motivação, fator determinante para a aprendizagem.

De acordo com os professores de Major Gercino, o trabalho com Projetos consiste numa mudança de postura, o que exige um repensar da prática pedagógica e das teorias que lhe dão sustentação. Constitui alternativa para transformar o espaço escolar num local aberto à construção de aprendizagens significativas para todos que dele participam.

Desta forma, a Pedagogia do Projeto utilizada nas escolas tem como objetivo a contextualização dos conteúdos, a interdisciplinaridade, como práticas que se fundamentam essencialmente no diálogo e na ação, de forma criativa, inovadora, reflexiva e construtiva, frente à família, à escola e à comunidade.

Colaboração SME Major Gercino

Secretaria de Educação de Itaiópolis realiza a 2ª edição do Concurso Soletrando

A Secretaria Municipal de Educação de Itaiópolis, Município do Planalto Norte Catarinense, em parceria com comerciantes locais e o Fórum de Itaiópolis, realizou no dia 26 de junho a segunda edição do Soletrando Municipal. O projeto envolve alunos e professores das escolas municipais e estaduais de Itaiópolis e foi inspirado em um quadro de mesmo nome apresentado dentro do programa “Caldeirão do Huck”, da Rede Globo de Televisão. Segundo a Secretária de Educação, Maria Aparecida Wielewski, o Soletrando é um projeto de incentivo à leitura que envolve alunos de 5ª a 8ª séries, tanto das escolas urbanas quanto rurais. “A primeira edição do Soletrando aconteceu o ano passado e a aceitação foi tão boa, que resolvemos dar continuidade no projeto em 2010 e se possível, para os próximos anos”, comenta.

O concurso consiste em duas etapas, a primeira realizada dentro das escolas, onde os alunos passam por uma pré-seleção, para a escolha de um representante, que irá competir na segunda etapa, a municipal.

Este ano, a vencedora do concurso foi uma aluna da Escola Municipal Centro Educativo Itaiópolis. O segundo lugar ficou com a Escola Municipal Rio da Estiva e o terceiro lugar com a Escola Municipal Bom Jesus.

Todos os alunos participantes foram premiados com medalhas e presentes. Para o primeiro lugar também foi entregue um troféu e um computador completo inclusive mesa e cadeira.

Colaboração SME Itaiópolis

Crianças de Santo Amaro da Imperatriz aprendem com a Ecopedagogia

As trilhas são “com-tato” com a natureza, o cognoscível consciente e inconscientemente, deixa em nós suas pegadas verdes. A conversa macia do vento com as folhas; a orquestra sinfônica de grilos, pássaros, sapos e cigarras; a água gelada e cristalina no olhar cidadão se ilumina.

Em Santo Amaro da Imperatriz a Ecopedagogia vem se desenvolvendo e abarca as crianças em projetos e programas, para transformá-las em sementes de futuro no presente.

A comunhão entre as pessoas é o vértice de todo o trabalho realizado. Braços dados entre a Secretaria Municipal de Educação, Associação de Agricultores Orgânicos da Vargem do Braço, Grupo de Monitores Ambientais, Secretaria Municipal de Assistência Social, Grupo de Teatro Cachoeira da Alegria, Escolas Públicas,

Amigos e o Núcleo de Educação Ambiental tornam possível o desenvolvimento dos projetos.

Oficinas de Teatro, Música e Malabarismo são ferramentas para a Educação Ambiental nas escolas públicas municipais. A arte transforma quem a faz e quem a vê; assim como as lagartas ganham asas e voam borboletas, assim como a sociedade dá as mãos e abraça ternamente a natureza.

Com este propósito o programa forma Monitores Ambientais, por meio de um curso de capacitação de educadores, oferecido gratuitamente para os alunos da rede pública no município; são jovens em final de período escolar, atuando como multiplicadores dos ideais de sustentabilidade. É educar “com” as crianças, para alcançar um futuro melhor.

Colaboração SME Santo Amaro da Imperatriz



O contato direto com a natureza e ambientes externos facilita a interação dos alunos no Projeto, que tem como objetivo mostrar a importância dos cuidados que devemos ter com o meio ambiente.

Da horta direto para a merenda

Alimentação com verduras e legumes fresquinhos. Assim são as refeições das crianças dos Centros de Educação Infantil (CEI's) de Forquilha. Parte das verduras e legumes é cultivada pelas merendeiras das escolas, com auxílio de professoras e diretoras. “Os alimentos são orgânicos, e por isso são muito mais saudáveis”, afirma a nutricionista da Secretaria Municipal de Educação, Sandra Helena Junkes Colombo Goularte.

O cultivo das hortas vai além da alimentação saudável. As crianças ajudam a regar e a colher alguns alimentos. Desta forma, observam aquelas verduras que ficam enterradas, como cenouras e beterrabas. A nutricionista aressalata ainda que algumas crianças aprendem a comer esse tipo de alimento na escola. “Ao ver os colegas comendo, acabam experimentando e gostando, e isto é bastante positivo”, ressalta.

Como nem todas as escolas e creches têm hortas, aquelas que cultivam acabam fornecendo para as demais, quando há sobras. Em algumas, a produção é tanta, que pais e professores compram por preços simbólicos e assim ajudam na manutenção dos CEI's. A Secretaria Municipal de Obras também ajuda na manutenção dos canteiros e conta com a parceria da Epagri.

As refeições da merenda escolar são elaboradas pela nutricionista, com cardápios incluindo até 75 itens diferentes. “Considero a merenda não mais dissociada da educação. É um componente fundamental que se reflete na

qualidade da educação”, afirma a Secretária de Educação de Forquilha, Rosemeri De Lucca Minatto. Ela enfatiza ainda que criança sadia e bem alimentada tem probabilidades de um melhor aprendizado.

Colaboração SME Forquilha

Programa de incentivo à leitura visa a reduzir a taxa de reprovação escolar em São Lourenço do Oeste

Pesquisa aponta que a falta de leitura é a principal causa pedagógica de reprovação na rede Municipal de Educação de São Lourenço do Oeste. O resultado surgiu após cinco anos de coleta de dados, realizada pela equipe técnico-pedagógica. Diante de tal constatação, além de instituir legalmente o reforço escolar no contraturno, a Secretaria Municipal de Educação implantou o Programa de incentivo à leitura- “Prazer em Ler”-PRALER.

Entre os objetivos, o PRALER visa a articular ações de incentivo à leitura, bem como a despertar nos alunos o gosto e o prazer em ler e escrever, uma vez que esta ação é fundamental para o processo de ensino aprendizagem.

Ao analisar os dados tabelados, ano após ano desde 2005, constatou-se que a evasão praticamente foi erradicada na rede, apresentando, no ano de 2009, um índice inferior a 0,3%, mas o índice de reprovação, em algumas escolas, ainda é significativo. De acordo com as observações levantadas, há alunos, do 3º ano do ensino

fundamental até o 9º ano, que se encontram semialfabetizados, lendo soletando, com dificuldades para escrever e para interpretar e, conseqüentemente, sem aproveitamento nas diversas disciplinas curriculares.

Com o propósito de mudar esta realidade, algumas ações foram elaboradas e estão sendo aplicadas nas escolas de São Lourenço do Oeste, como o momento da leitura na escola, a produção de texto coletivo, além de um sistema de acompanhamento e avaliação, que deverá ser realizado pela Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a escola, para verificar a efetividade, ou não, da melhoria do rendimento do aluno, uma vez que se acredita que a leitura é a chave que abre as portas do conhecimento para todas as disciplinas curriculares.

O Programa ainda prevê a melhoria da estrutura física das bibliotecas escolares, a ampliação do acervo e a formação continuada para os professores, no decorrer do ano letivo.

Colaboração SME São Lourenço do Oeste

As atividades são diversas e ocorrem em todas as escolas da Rede Municipal de Educação

O projeto resultou em poesia, produção textual, peças teatrais ...

Os dados apontam para a efetividade do Programa PRALER, uma vez que os índices de evasão em 2009 foram inferior a 0,3%

Undime Região Sul se reúne em Florianópolis para discutir a Educação Básica nos 3 estados

Cerca de 600 Secretários Municipais de Educação, técnicos e professores dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná estiveram reunidos em Florianópolis, durante os dias 07 e 08 de junho, para participar do I Seminário de Educação da Undime Região Sul, realizado no Auditório do Centro de Eventos da UFSC.

Os Desafios da Educação Municipal, as Diretrizes da Educação Infantil e Ensino Fundamental, entre outros, foram temas das palestras que ministradas por Diretores do Ministério da Educação (MEC), representantes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Ministério Público (MP), pesquisadores das Universidades de São Paulo (USP) e Universidade de Brasília (UNB), entre outras instituições.

Promovido pela Undime/SC, com apoio da Undime/PR e Undime/RS, o I Seminário de Educação da Undime Região Sul, teve como objetivo discutir os caminhos da educação pública municipal, com vistas à conquista de mais recursos e melhorias para o ensino público para a Região Sul do País.

Acompanhe as discussões por meio das matérias a seguir.



Educação Básica obrigatória visa garantir o direito de aprender

“Educação é direito de todos, inclusive dos que não tiveram acesso na idade adequada. É um dever do estado e da família, da sociedade”, diz a Secretária de Educação Básica do MEC, Maria do Pilar Lacerda. O Brasil vem, desde a década de 80, buscando a inclusão de crianças no Ensino Fundamental e tentando mantê-las até a conclusão da Educação Básica. Porém, o país ainda não assumiu a cultura de que Educação é direito do cidadão.

De acordo com a Secretária de Educação Básica, o Brasil é um país com 10 milhões de brasileiros adultos que ainda não leem nem escrevem e cerca de 40 milhões que não concluíram os quatro primeiros anos do Ensino Fundamental.

As gerações atuais vivenciam problemas e situações distintas das de seus familiares. A realidade é que grande parte da população das gerações passadas, ou seja, os bisavós, avós e pais dos alunos atuais, tiveram negado o direito à educação. A obrigatoriedade da Educação Básica visa entre outros objetivos, a garantir o direito à educação ao maior número de crianças possíveis, com vistas a mudar este cenário.

Pillar informa que o país conta atualmente com 97% das crianças de 6 a 14 anos na escola, um número expressivo, porém, é sabido que grande parte destas crianças são filhas daquela população que não teve o direito à escola garantido, por

isso apresentam dificuldades de aprendizagem, o que reprovam, outros pro-

“E a culpa é não liga desestru-se envol-pais que esta é

direito à escola garantido, por dificuldades de aprendizagem, muitas vezes resulta em evasão escolar, entre blemas.

moda agora é dizer que da família. A família para as crianças, estão turadas, os pais não vem na escolarização, trabalham demais. Mas a condição de todas as famílias”, enfatiza

Pillar. Segundo ela, é comum ouvir

professores delegando aos pais a “culpa” pelo fraco desempenho

dos alunos. Mas como um pai, que não sabe ler e escrever, pode auxiliar seu filho na solução da tarefa de casa.

Ao tornar a matrícula obrigatória, o Ministério da Educação pretende compartilhar a responsabilidade entre estado e família, ou seja, a sociedade é responsável pela escolarização das crianças. Um cidadão escolarizado tem a autonomia para definir, classificar, comparar, analisar, discernir sobre o que é verdadeiro ou não, sem sofrer interferência de terceiros. Torna-se um cidadão consciente.

Outro aspecto a ser analisado, é que hoje muitos jovens não frequentam a escola porque precisam trabalhar para compor a renda familiar, ou porque cuidam de seus irmãos menores. Se os governos atendessem a demanda de creches para toda a população e se houvesse uma melhor distribuição de renda, certamente estes jovens não precisariam estar fora dos bancos escolares.

Segundo Pilar, no Brasil, ainda se discute a entrada da criança com seis anos de idade no Ensino Fundamental, enquanto que em outros países, como na Alemanha, o ingresso à educação é motivo de comemoração para a família.

Ingressar no Ensino Fundamental aos 6 anos implica, aos municípios e escolas, uma série de cuidados e exigências, além de um projeto pedagógico específico. “O ingresso da criança com 6 anos ao Ensino Fundamental deve garantir a continuidade da infância e, permitir a ruptura entre a pré-escola e o escolaridade fundamental”, comenta a Secretária.

Além disso, outros fatores interferem no desempenho da criança, tenha ela 6, 10 ou mais anos de idade. Um deles, diz respeito à condição sóciourbana. Quanto pior a condição da sociedade onde a escola está inserida, pior o rendimento dos alunos, e consequentemente baixo Ideb. “A criança pode estar na cidade mais rica do Brasil, mas se a escola estiver numa periferia o Ideb é pior”, explica.

O Brasil tem procurado melhorar a qualidade da educação, e a cada ano isso está mais visível, como podemos verificar com queda a da DRU, por meio da Emenda Constitucional nº 59/2009, e a instituição da Educação Básica Obrigatória dos 4 aos 17 anos, que ampliou os programas suplementares, como material didático, transporte, alimentação, assistência à saúde, entre outros, para toda a Educação Básica. Outro aspecto positivo diz respeito ao orçamento destinado à educação. Em 2003, o Ministério tinha a sua disposição aproximadamente 17,4 bilhões de reais, e neste ano, 2010, deve chegar a 59,2 bilhões de reais. Isso torna viáveis as melhorias, ampliações e demais projetos que visam a melhorar os índices educacionais do país.

Maria do Pilar lembra que, além da obrigatoriedade da Educação Básica, é dever dos municípios e estados garantir às crianças um percurso escolar que possibilite a ela o sucesso escolar. Isso se fará possível se houver um acompanhamento e monitoramento por parte das redes de educação. Desta forma, estará garantido não só o direito ao ingresso na escola, mas o direito de aprender.



Transporte Escolar, serviço público que deve ser oferecido com qualidade



por que cada região tem suas particularidades. A gente sabe o tamanho do nosso Brasil, onde tem mais de 5.500 municípios, a carência de serviços na área rural é grande e as desigualdades são enormes”, comenta

Willer.

De acordo com dados do MEC, a Educação Básica no Brasil conta com cerca de 47 milhões de alunos. Destes, 6,7 milhões estão na área rural e desse total 4,8 milhões dependem do Transporte Escolar Rural para irem à escola. Segundo o pesquisador, não dá para pensar em educação, sem garantir o acesso do aluno

à sala de aula com qualidade. “A gente sabe a dificuldade existente, onde o município fala que o estado repassa muito pouco do valor dos alunos. E o estado por sua vez, acha que repassa muito, e que o custo não é aquele”, diz.

Conforme informa o presidente da Undime Nacional, Carlos Eduardo Sanches, a verdade é que, na maioria das vezes, os municípios acabam prestando serviços extraordinários para os governos estaduais sem terem na contrapartida o ressarcimento dessas despesas, com vistas no atendimento ao aluno, independente da rede na qual está matriculado. Numa pesquisa realizada em 2006, constatou-se que, naquele ano, de cada R\$ 10,00 investidos no Transporte Escolar, R\$ 7,00 eram

pagos pelos municípios e 3 vinham do Governo Federal ou Estadual, somando as fontes de recurso.

Como para o FNDE todos os custos são baseados no aluno, foi desenvolvida uma pesquisa que possibilite ter o custo do Transporte Escolar por aluno, para facilitar o processo de licitações e a administração das verbas pelos municípios. A metodologia utilizada para este cálculo, segundo Willer, é baseada nas questões tradicionais da economia. São os custos fixos, que independem da operação de serviços, e os custos variáveis, que dependem da averiguação e da quilometragem rodada.

Ainda, devido às diferentes características nas regiões do Brasil, seria incoerente padronizar

“Evidentemente que a gente precisa de mais dinheiro no Transporte Escolar, mas precisamos de uma gestão mais eficiente...”

um custo, portanto, a pesquisa buscou desenvolver faixas de custo para cada estado, com a variável de quilômetro por aluno, possibilitando uma aproximação da realidade

de cada município. “A gente tem algumas ressalvas em relação a este valor, porque a entrada de um aluno dentro do sistema, ou a mudança de um aluno de residência, altera todo o valor calculado”, explica Willer.

Neste ano, o repasse do Programa Nacional de Transporte Escolar – Pnate - vai variar entre R\$ 120,00 e R\$172,00 por aluno indicado no censo do ano anterior. De acordo com Sanches, esse é um dos problemas da Educação Básica brasileira, principalmente agora com a ampliação das matrículas, o que agravará ainda

mais a situação da qualidade do Transporte Escolar, pois aumentará significativamente a demanda para o Transporte Escolar e consecutivamente os custos para este serviço. “É preciso lembrar que infelizmente no Brasil, o Pnate tem caráter suplementar, ele não financia o serviço público do Transporte Escolar. É algo que precisa ser discutido e analisado”, pondera.

Ainda na opinião do pesquisador, para melhorar a qualidade dos serviços de Transporte Escolar, falta dinheiro, mas também falta uma gestão eficiente. “Evidentemente que a gente precisa de mais dinheiro no Transporte Escolar, mas precisamos de uma gestão mais eficiente. É preciso trabalhar com planejamento, controlar a prestação de serviços, para que esta não seja incoerente com a realidade, como rotas sobrepostas ou desnecessárias, o que aumenta efetivamente os custos”.

Ao longo dos anos as redes municipais ampliaram os serviços e também aumentaram o atendimento dos serviços já existentes à população, porém, a União pouco tem contribuído para com os municípios, no aspecto financeiro, de repasse de verba. “O dinheiro que os municípios têm utilizado para custear o transporte dos alunos da Rede Estadual, é dinheiro que está faltando para construir mais escolas, para melhorar a rede física, para reformar nossas escolas, para trazer a realidade da tecnologia para dentro das escolas, para comprar equipamentos e materiais, formar melhor nossos professores. É dinheiro que está faltando para remunerar e garantir carreira melhor para os nossos professores”, afirma o Presidente da Undime Nacional.

O Transporte Escolar é um tema polêmico e muito importante nos dias de hoje para todas as redes de ensino. Desta forma, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) desenvolveu, juntamente com a Universidade de Brasília (UNB), estudos que visam a melhorar a qualidade deste serviço.

O assunto foi debatido no I Seminário de Educação da Undime Região Sul e teve como palestrantes o presidente da Undime Nacional e Secretário Municipal de Educação de Castro-PR, Carlos Eduardo Sanches, e o pesquisador da Universidade de Brasília-UNB, Willer Luciano Carvalho.

Segundo Willer, a UNB vem fazendo estudos na área de Transporte desde 2005, que resultaram em algumas ações junto ao FNDE. Dentre as pesquisas, foi possível analisar qual o veículo mais apropriado para o transporte coletivo das crianças no meio rural, para evitar o transporte irregular, que ocorre em grande parte do Brasil hoje.

Um dos pontos críticos apontados pelas análises é que atualmente o transporte vem sendo realizado por veículos impróprios e sucateados. Caminhão, Kombi, animais de tração, bicicleta, são os mais diversos meios de transporte, que normalmente carregam 2 vezes a sua capacidade. “O município que utiliza o transporte nessas condições otimiza o seu custo, mas em detrimento da qualidade do transporte”, ressalta.

O estudo desenvolvido pela UNB teve como objetivo caracterizar o Transporte Escolar Rural no Brasil, para possibilitar a compreensão das necessidades e peculiaridades das diversas regiões, visto que os estados do Brasil possuem características geográficas e climáticas diferentes, assim como de infraestrutura. “Não dá para querer igualar regiões do Sul, com Norte, Nordeste, Centro-Oeste,



Carlos Eduardo Sanches, presidente da Undime Nacional expõe as dificuldades enfrentadas pelos municípios para manter o Transporte Escolar

Custos Fixos 40 %: custo pessoal, administrativo, a depreciação do veículo e a remuneração do capital investido naquele veículo.

Custos Variáveis 60%: Combustível, lubrificante, rodagem, peças e acessórios.

Violência na Escola é tema de campanha realizada pelo MP de SC

Pela internet, no celular, na escola, o Bullying é brincadeira de criança?

Nerd, babaca, gorda, burro, essas palavras são ditas, escritas em sites, enviadas por celulares, corriqueiramente, e tratadas com normalidade. Uma ameaça hoje, um empurrão amanhã, um tapinha no dia seguinte, e não nos damos conta da violência que está sendo praticada. Estes gestos, estas palavras, atos tão normais no mundo de crianças e jovens. Será? Não podemos considerar estes atos normais, pois são formas de violência, de agressão, de Bullying, uma questão tão latente nos dias atuais, mas que ainda não recebeu a devida atenção da sociedade. Por isso, o Ministério Público de Santa Catarina, juntamente de outras instituições, promove campanhas e projetos de combate ao chamado Bullying, uma violência que parece inofensiva, mas não é.

Isso se constata pelo número crescente de crianças fora da escola - a evasão escolar - que tem aumentado significativamente por conta de um forte aliado, o Bullying, que muitas vezes é praticado como ato de chacota e entendido como uma simples brincadeira de criança.

De acordo com as informações da Promotora do Ministério Público de Santa Catarina, Priscilla Linhares Albino, há algum tempo atrás o Bullying era visto como uma brincadeira infantil, ou como um ritual de passagem para a vida adulta. Como se dizia: Isso aí é coisa de criança, isso passa. Passa mesmo?

Muitas crianças sofrem o Bullying escolar e reclamam para diretores, professores, e estes, por sua vez, não estão preparados para agir. Achar normal, e o aluno acaba se evadindo da escola. Pois, para aquele adulto, que não tem uma preparação ou formação, realmente é algo normal, é compreendido como um ato intrínseco a nossa cultura. E com o passar do tempo, e a repetição dos atos, este aluno fica com medo de ir à escola, não se alimenta, cai no rendimento escolar, até desistir ou mudar de escola.

Com o objetivo de reduzir, ou excluir, este tipo de violência do ambiente escolar, e até mesmo da sociedade em geral, o Ministério Público de Santa Catarina lançou a Campanha Bullying, isso não é brincadeira! Um projeto desenvolvido com base em muitos estudos, que se propõe a apontar alguns nortes, para que a sociedade – família, comunidade e Estado – possa tentar minimizar consideravelmente a violência nas escolas.

Atualmente a campanha está focada no ambiente escolar, especificamente no Ensino Fundamental, porque as pesquisas apontam que é

onde mais ocorre este tipo de violência, principalmente na faixa-etária dos 7 aos 12 anos. Priscilla afirma que a escola é um espaço de desenvolvimento de cidadania, local onde não podemos permitir este tipo de violência.

A prática do Bullying nas escolas é ampla e diversificada, explica a Promotora, exprimindo-se de distintas maneiras, podendo compreender atos de violência física, moral, verbal, material, psicológica, e até mesmo sexual. São formas que agridem, que machucam e que fazem a pessoa se sentir inferior perante a sociedade. São atos de agressão e que merecem punição. “Essas atitudes não são, de forma nenhuma, brincadeira de criança. Elas estão contextualizadas no nosso mundo jurídico”, afirma Priscilla.

O Bullying é um dos agentes que interfere negativamente no desenvolvimento educacional do aluno, pois prejudica a autoestima, desconcentra, causa medo e insegurança, até resultar em notas baixas e a desistência de frequentar os bancos escolares.

A Promotora lembra que todos nós - família, sociedade e Estado - somos responsáveis pela proteção das crianças e esta proteção engloba a imposição de limites e a cobrança de comportamentos adequados. Essa proteção, bem como os direitos e deveres, está prevista na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente. E, em Santa Catarina, também conta com a Lei nº 14.651/09, que institui o programa de combate ao Bullying no ambiente escolar, prevendo e reafirmando a proteção necessária.

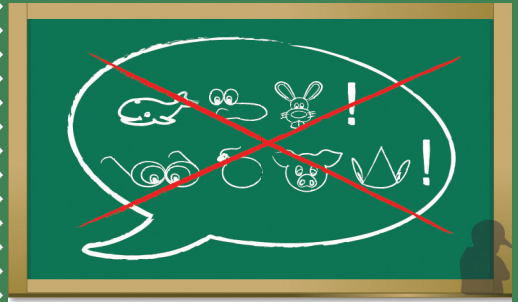
A campanha de combate ao Bullying, estabelecida pela Lei 14.651/09, chama ao envolvimento do problema profissionais qualificados, para auxiliar os professores, diretores e demais agentes do âmbito escolar a resolverem estes conflitos. “É preciso reconhecer que não temos a técnica e não estamos preparados para resolver conflitos desta natureza”, comenta Priscilla.

É necessário que a escola alerte para a importância da denúncia, para que o aluno, vítima ou testemunha, relate os fatos aos professores, diretores, pais, para que alguém possa tomar providências e impedir que atos de Bullying se propaguem naquele ambiente. Uma das formas de inibir a violência é a imposição de limites e a criação de regras e políticas internas, que evitem esse tipo de agressão no ambiente escolar, possibilitando o desenvolvimento educacional.

Para tanto, é fundamental a participação da família. Os pais, assim como a comunidade escolar, precisam perceber o comportamento dos filhos/alunos, a fim de evitar que certas atitudes tornem a se repetir, além de proteger e impedir que algo mais grave ocorra.

“A preocupação que fica é justamente que mundo nós teremos com estes meninos e meninas tão violentos, que praticam sem dó nem piedade, a violência contra o seu colega de forma reiterada, sabendo, mesmo que inconscientemente, que ele sofre, que ele sente dor, que ele se sente atemorizado com aquela situação”, finaliza.

Saiba Mais ...



Bullying, isso não é brincadeira!

O que é o Bullying?

São atitudes agressivas, intencionais e repetitivas, adotadas na escola por um aluno ou grupo de alunos, causando dor, angústia, ou sofrimento.

Alguns exemplos de Bullying

Ciberbullying = quando utilizam celulares, MSN, Orkut, facebook, entre outros meios eletrônicos, para colocar seus colegas em exposição.

Bullying verbal = apelido, xingamentos.

Bullying físico = empurrão, tapa na cabeça.

As consequências do Bullying

Baixa autoestima, baixo rendimento escolar, evasão, agressividade, desejo de vingança, stress, ansiedade e fobia, dificuldades de relacionamento, depressão e até ideia suicida.

Como identificar uma vítima do Bullying?

Ela não tem vontade de ir pra escola, apresenta baixo rendimento escolar de uma hora para outra, volta da escola com roupas e livros rasgados, isola-se dos amigos e da família, aparenta estar sempre triste, deprimida, ansiosa ou aflita, fica agressiva sem motivos aparentes, não gosta de si mesma e não se valoriza, entre outras mudanças, que ocorrem no comportamento da criança.

Para mais informações, acesse o site do Ministério Público de Santa Catarina www.mp.sc.gov.br



Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil traçam novo desenho para a qualidade do ensino

“Na década de 80 e 90 nós tínhamos ideia de como deveria ser uma educação infantil mais idealizada. Na década de 2000, nós temos como deve ser e como está sendo uma Educação Infantil de qualidade, que permite servir de estímulo, de modelo, para outras experiências do país”, afirma Zilma de Moraes Ramos de Oliveira, professora e pesquisadora da Universidade de São Paulo, que proferiu palestra sobre as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil.

A 1ª Diretriz Curricular Nacional para a Educação Infantil foi instituída ainda em 1999. Nesta época era recente o ingresso das creches no Sistema de Ensino. Como algo novo, além das dificuldades, as creches tinham outros formatos organizacionais, portanto, a presença junto ao Sistema de Ensino e às Pré-escolas, compondo a Educação Infantil, alinhada ao Ensino Fundamental e Médio, necessitava de uma Diretriz norteadora.

Zilma aponta, ainda, dois motivos importantes que tornaram necessária a implementação de Diretrizes. O primeiro deles, é que toda a Educação Básica estava revendo suas Diretrizes. E o segundo, a falta de clareza sobre o que é possível fazer na Educação Infantil, uma vez que a ideia de currículo, assim como de professores com formação, trabalhando em berçários, causavam estranhamento.

Portanto, as novas Diretrizes traçam o objetivo de subsidiar políticas públicas de promoção de uma qualidade de trabalho, além da expansão da Educação Infantil, com foco na elaboração de ações para as práticas cotidianas, nas unidades educacionais, apoiando o desenvolvimento da autonomia das unidades.

Segundo Zilma, trabalhar com crianças diversas, com capacidades diferentes umas das outras, é muito diferente do que trabalhar com aquele aluno idealizado de antigamente. Possibilita um olhar sobre a pluralidade das culturas e a questão do respeito à diversidade. “Essas Diretrizes buscam

garantir o acesso à qualidade, o direito da criança à educação, além da equidade de oportunidades e tratamento”, comenta.

Outro ponto importante a ser observado, de acordo com a palestrante, é o trabalho realizado com as crianças desde muito pequenas, ainda nos primeiros anos, para a adaptação ao meio ambiente e ao comportamento da natureza. Estas práticas possibilitam a interação entre as crianças e o meio onde vivem, além de construir a aprendizagem com mais qualidade, afinal, a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e, como tal, precisa ter qualidade.

E, por primar pela qualidade, é importante salientar que a Educação Infantil deve ser oferecida em creches e pré-escolas, como espaços institucionais não domésticos, seja público ou privado, pois, a diferença em trabalhar com Educação Infantil em ambiente doméstico, ao invés de um ambiente coletivo e institucional, é enorme. Este último, de acordo com Zilma, permite a convivência com outras crianças, abre outras possibilidades, ajuda a conhecer diferentes ambientes, diversamente do doméstico, além de contar com profissionais que possuem conhecimento e formação. “Numa instituição é possível envolver a criança em trabalhos coletivos, fora das rotinas diárias. São espaços que desinibem a criança, ao invés de inibi-la ou silenciá-la”, explica.

Para chegar às Diretrizes, algumas pes-



Foto Assessoria de Comunicação SME Florianópolis

quisas foram desenvolvidas, com o objetivo de analisar as práticas desenvolvidas no cotidiano das creches e as necessidades apresentadas pela Educação Infantil. Então, a partir dos resultados, um documento base foi elaborado, para ser discutido coletivamente em audiências públicas, bem como em reuniões e encontros. Essas discussões possibilitaram incorporar às Diretrizes questões relacionadas ao cotidiano da criança, avaliação, integração, a função social da creche e a relação com a família, avanços que estão presentes nas políticas dos municípios e que precisam estar contidos na normatização.

Essas Diretrizes, conforme explica Zilma, serão um norte que as unidades educativas e as redes de educação terão como requisito para tomar decisões e definir suas estratégias pedagógicas, curriculares, além de discutir a caracterização do atendimento e abordar a função da Educação infantil, tanto no aspecto sociopolítico, quanto no pedagógico.

Conscientizar e fortalecer as políticas de igualdade para desconstruir o pré-conceito e o racismo

As questões étnico-raciais assim como as políticas de igualdade racial, tem sido tema de calorosas discussões. Instituições, Fóruns, Grupos de Estudos, Movimentos Sociais, são os mais variados setores da sociedade em busca de soluções para construir uma nova visão a este respeito, que permita e garanta o direito a todos, sem pré-conceitos ou discriminação.

Com vistas a este propósito, e ao perceber a necessidade de um olhar mais específico para as questões étnico-raciais, o Governo Federal discute a criação de um Plano Nacional para implantar as Leis 10.639/03 e 11.645/08, que regulamentam e tornam obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e indígena nas escolas do Brasil.

“Nós crescemos ouvindo que negros e negras estavam nos locais com menos oportunidade, com menos chances de progredir na vida, por que a vida era assim”, diz Sandra Rodrigues Cabral, Chefe de gabinete do Ministro da Secretaria Especial de Políticas e Promoção de Igualdade Racial (Seppir). Ela explica que toda a história do país, a ancestralidade das famílias e a carga cultural, nos conduzem a pensar que as oportunidades para os negros

existem em menor escala, e por isso a Secretaria desenvolve, juntamente com o Governo Federal, um trabalho de conscientização e fortalecimento das políticas de igualdade.

Para Sandra, o país tem como grande desafio mudar este pensamento, mudar esta cultura arraigada, para permitir que qualquer pessoa, independente da sua cor de pele, do seu cabelo ou da sua cultura, herdada de seus ancestrais, sejam respeitadas.

A construção deste novo pensamento, desta nova visão, deve iniciar ainda na escola, com professores bem instruídos, conhecedores do assunto e capacitados para entrarem em uma sala de aula aptos a oferecer os conhecimentos necessários. É preciso tomar consciência da importância do ambiente escolar

para essa mudança. “Um dos grandes desafios para a Seppir hoje, envolve obrigatoriamente todos os atores e atrizes educacionais desse país. Por isso a importância de contar com os Secretários Municipais e Estaduais de Educação, que são agentes importantes para a revolução da pedagogia de que tratam a Leis 10.639/03 e 11.645/08”, explica.

A instituição destas Leis, e o bom uso delas,

reforçará a seriedade que é trabalhar na sociedade as relações de diferenças de uma forma respeitosa, tendo em vista reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros. Por tanto, a existência de um Plano Nacional, servirá como norte, para que os municípios e estados possam exercer e incluir em seus currículos e políticas pedagógicas esta temática, amparados por um marco legal.

“A importância do Plano não existe, por que cremos que a educação vai salvar tudo, mas nós não ignoramos que se desde criança não reafirmarmos pensamentos e rearticularmos conceitos, não será possível alterar a realidade vivida pelos negros desde a escravidão até os 121 anos pós revolução da escravidão. As políticas de promoção da igualdade racial e a inclusão de negros e negras depende da sociedade, razão pela qual a educação é absolutamente fundamental, desde a Educação Infantil até os graus Superiores”, assegura a representante da Seppir.

A Seppir entende que sem a participação da sociedade, pais, estudantes, governantes, movimentos sociais, não será possível implementar estas duas Leis. É preciso apurar os mecanismos de gestão democrática e de participação social, para que a Lei saia do papel e se torne algo factível, com a participação democrática.

“A importância do Plano não existe, porque cremos que a educação vai salvar tudo ...”

Nova Legislação beneficia cardápio escolar e amplia mercado para a Agricultura Familiar

A Alimentação Escolar é uma discussão que vem sendo conduzida desde o ano de 2003, junto ao FNDE, ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, ao MDA e às Secretarias de Agricultura. Em 2009 foi instituída a Lei nº 11.947/09, que dispõe sobre o atendimento da Alimentação Escolar, e a partir de 2010 os municípios deverão implantá-la em suas redes de ensino. O assunto foi tema de mesa redonda sobre Alimentação Escolar, que contou com a participação da Consultora da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério da Agricultura – MDA, Ana Luiza Muller, e do Coordenador de Autogestão da Organização das Cooperativas no Estado de Santa Catarina - OCESC, Elvio Silveira.

Segundo Ana Luiza Muller, debater o tema com os gestores da educação e gestores dos programas, que beneficiam as crianças com Alimentação Escolar, é de grande importância. Ela ressalta que o interesse do MDA na temática se dá, sobretudo, por meio da Lei 11.947/09, que estabelece o valor mínimo de 30% dos recursos repassados aos municípios pelo FNDE, para aquisição de produtos da Agricultura Familiar destinados à Alimentação Escolar.

No Brasil são aproximadamente 4,5 milhões de famílias que trabalham no regime da prática da agricultura familiar. Com esta Lei, o MDA estima que cerca de 250 mil famílias por ano sejam beneficiadas por meio da comercialização dos produtos na

Alimentação Escolar. Já, do ponto de vista das escolas e da Alimentação Escolar, são aproximadamente 47 milhões de alunos da Educação Básica Pública que recebem alimentação de qualidade.

A instituição desta Lei, ao abordar a Alimentação Escolar e beneficiar a Agricultura Familiar, trata também do Desenvolvimento Agrário no país, uma vez que possibilita maior geração de renda aos pequenos agricultores, alimentação com qualidade, além do Desenvolvimento Sustentável, resgatando as culturas e os hábitos alimentares e a educação alimentar nas escolas. Existe uma troca positiva e saudável entre quem compra e consome os produtos e os produtores.

De acordo com Ana Luiza, no âmbito da inserção da Agricultura Familiar, existem dois marcos presentes na Legislação vigente: a Lei 11.947/09 e a Resolução nº 38 do FNDE, que prevê diversos programas, entre eles o da Alimentação Escolar, abordando inclusive as definições e as normas para o processo de aquisição dos produtos.

Conforme levantamento realizado pelo FNDE, cerca de 10% dos municípios brasileiros já estão adequados e cumprem a Legislação estabelecida para a Alimentação Escolar, no que diz respeito aos 30% de recursos destinados a este fim e que devem ser utilizados durante o ano letivo.

O Brasil vem trabalhando políticas que visam a ampliar o mercado para Agricultura Familiar, uma vez que, no país, 80% do que se con-



Foto MDA

some é produzido por este tipo de agricultura e sabemos que não é pelas mãos dos agricultores que estes produtos chegam até nossas mesas, mas sim, por meio de grandes redes de supermercados e indústrias.

Desta forma, por meio da Legislação, que prevê para a Alimentação Escolar produtos da Agricultura Familiar, os municípios poderão adquirir os produtos por meio de chamadas públicas de projetos, facilitando a participação dos pequenos produtores, sem o intermédio de grandes empresas, já que a Lei dispensa a necessidade de licitações.

Para facilitar o processo de aquisição dos produtos pelos municípios, também estão disponíveis as Cooperativas Agrícolas, uma sociedade de natureza jurídica, constituída para o exercício de uma atividade econômica e que possui todas as normas legais para fornecer às escolas o atendimento da Alimentação Escolar, de acordo com a Legislação.

Elvio Silveira, Coordenador de Autogestão da OCESC, explica que,

diferentemente das Associações, que são constituídas para buscar melhorias das ações sociais e não possuem aspecto econômico, as Cooperativas são instituições juridicamente ativas e possuem Notas Fiscais para oferecer aos seus clientes, o que, de acordo com a lei, é necessário.

Ana Luiza ainda reforça a importância da soma de esforços proporcionados por esta Legislação, ao possibilitar a união do mundo da educação ao mundo da Agricultura Familiar. “A agricultura dialogando com a nutricionista, com os responsáveis técnicos e com os Secretários de Educação”, relata. A possibilidade de inserir no cardápio escolar produtos naturais vindos do campo resgata os hábitos e reassume a cultura alimentar, padronizando as refeições dos alunos, melhorando e modificando a educação alimentar na escola. “A escola tem muitas outras coisas que dizem respeito não apenas ao aprender, mas à educação social, hábitos e segurança alimentar. A educação alimentar faz parte desse diferencial”, explica Ana Luiza.

Um sistema para auxiliar a gestão da educação

Com o objetivo de analisar as condições das escolas públicas e auxiliar os Secretários Municipais e Estaduais de Educação na gestão educacional, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) desenvolveu o programa de Levantamento da Situação Escolar (LSE), um sistema que permite concentrar dados relacionados à estrutura física do ambiente escolar e verificar as adequações necessárias e custos para as mesmas. Com o LSE, os municípios e estados terão uma radiografia completa da situação das escolas de sua rede. Quem explica melhor este novo sistema, implantado pelo FNDE em parceria com o Ministério da Educação, é o Consultor do FNDE, José Parente Filho, que participou do I Seminário da Undime Região Sul.

Segundo Parente, tendo em vista outros Programas, como o PDE e o PAR, que já fazem parte do dia a dia dos municípios, no que tange à captação de recursos, também é importante que os municípios elaborem o LSE, sistema que irá apontar os problemas existentes na infraestrutura da rede e apresentará as possíveis soluções.

O LSE é uma tecnologia que inicialmente era aplicada nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em apenas alguns municípios e escolas do Ensino Fundamental, pois era desenvolvido no âmbito do Fundescola e utilizado, inicialmente, para orientar o processo de decisão de investimento nas escolas. Com a ampliação das necessidades dos municípios, o FNDE ampliou o uso dessa tecnologia para atender a toda a Educação Básica e a todas as regiões do país. Com a nova demanda, o sistema teve que ser reformulado, adotando novas tecnologias informatizadas, o que o torna ainda mais completo.

Essa ferramenta, já operacional, vai oferecer ao diretor da escola, ao gestor municipal ou estadual, informações com base em dados levantados por profissionais especializados, como engenheiros ou arquitetos, na área de infraestrutura, e na área pedagógica, coordenadores

pedagógicos e diretores de escola. “Uma informação bastante objetiva e quantificada. O LSE conta, mede e pesa tudo o que tem na escola, e lança no sistema do MEC, possibilitando o acesso e acompanhamento das informações. É um instrumento de diálogo do diretor da escola com o Secretário Municipal de Educação, do Secretário Municipal com o Prefeito, com o Secretário de Estado de Educação, com os Secretários do MEC, com os Diretores do FNDE, na captação de recursos, para a melhoria da sua rede”, explica Parente.

O LSE oferece dados sobre todas as escolas, contendo um referencial de padrões mínimos de funcionamento, que diz respeito ao aspecto físico do ambiente escolar, como espaço, mobiliário, equipamento e material didático. Recursos humanos, segundo o consultor, ainda não faz parte das avaliações propostas pelo sistema. “O LSE capta as condições de trabalho e de ensino aprendizagem, assim como as condições que os professores e alunos enfrentam no dia a dia, como ventilação, iluminação, carteiras, materiais didáticos, esgoto, água, ...”, relata.

A referência mínima, apontada pelo LSE, contribui para o desenvolvimento do trabalho e possibilita analisar as melhorias e avanços que estão, ou não, sendo realizados. É uma base de dados, que permite ao gestor acompanhar a realidade de sua rede, verificar se ela atende aos padrões mínimos, ou se estão abaixo, e o que é necessário fazer para melhorar. Para tanto, o sistema gera, para cada escola da rede, um relatório com a situação dos ambientes que foram estudados, desde espaço físico, mobiliário, até o material e equipamentos, identificando quais adequações são necessárias, além de uma estimativa de custo para realizar esta adequação e atingir o padrão mínimo de funcionamento.

Com base nos dados do LSE, o município pode rever seu orçamento e montar seus projetos para captação de recursos com dados sólidos e mais próximos da realidade.

As Diretrizes do Ensino Fundamental em debate

O Conselho Nacional de Educação, juntamente do Ministério da Educação e demais instituições, vêm discutindo e analisando o texto que define as Novas Diretrizes da Educação para o Ensino Fundamental no país. Entre as mudanças propostas, está a data de corte e a ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos, em início de implementação.

A ampliação desta etapa da Educação Básica tem como objetivo permitir que as crianças prossigam nos estudos alcançando maior nível de escolaridade, além de condições de equidade e de qualidade da Educação Básica. A ampliação também assegura o ingresso mais cedo no sistema, para que as crianças tenham mais tempo para as aprendizagens da alfabetização e letramento, tendo em vista que grande parte das crianças de 6 anos não têm acesso a pré-escola pública ou privada, pois pertencem a classes populares.

Com a garantia do ingresso aos 6 anos de idade, de acordo com as Diretrizes, o Conselho Nacional de Educação (CNE) estipulou uma data de corte para matrícula. Desta forma, a partir de 2010, a orientação em nível nacional, é que o ingresso das crianças no Ensino Fundamental de 9 anos, será a partir dos seis anos de idade, completos ou a completar até o dia 31 de março, conforme parecer no 22/09 do CNE, que define a data de corte. Segundo a Assessora Técnica da Secretaria de Educação Básica do Ministério, Aricélia Ribeiro do Nascimento, a expectativa é para que essa orientação se torne lei e

que todos os municípios sigam corretamente esta data, unificando a data de corte em todo o país.

Quanto a ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos, além da preocupação com a data de corte é importante salientar que as mudanças devem ocorrer gradativamente, e lembrar ainda, que os alunos que cursam o Ensino Fundamental de 8 anos não poderão ser transferidos para o novo currículo, a mudança não pode ocorrer repentinamente. Aricélia explica, que o aluno que ingressou no Ensino Fundamental de 8 anos tem direito constitucional garantido de concluir nesta estrutura. Caberá aos municípios e estados realizar a ampliação paulatinamente, visando a não interferência no desempenho escolar dos alunos.

Além da data de corte, que define o data e idade para o ingresso das crianças no Ensino Fundamental de 9 anos, existem ainda outros propósitos discutidos nas Diretrizes, que reafirmam o compromisso com a garantia do direito ao aprendizado de competências básicas e gerais para o aluno, que redimensionam a formação continuada em serviço aos profissionais da educação, que visam a aproximação da família na vida escolar do aluno e que repensam a estrutura da escola em suas dimensões física, administrativa e pedagógica.

Segundo Aricélia, este último ponto é de grande importância, pois é necessário analisar se a estrutura atual da escola dará conta da nova Demanda do Ensino Fundamental, pois "o ingresso da criança de 6 anos

faz toda a diferença, tanto que muitos ainda se perguntam como trabalhar com ela", comenta.

Outro aspecto discutido é a ampliação e fortalecimento da participação dos Conselhos Municipais e Estaduais de Educação, pois, conforme explica a Assessora, as Diretrizes funcionam como uma parceria articulada entre os Conselhos e a Secretaria de Educação Básica, o trabalho não é solitário. Ela lembra que as parcerias já ocorrem, porém a Secretaria está recebendo muitos projetos, processos e solicitações destas instituições relacionados a data de corte, e percebe que outras questões estruturais e pedagógicas que constituem a escola, são esquecidas. "É preciso avançar no debate, para além da data de corte", salienta Aricélia.

Com estas novas Diretrizes e o novo Ensino Fundamental, alguns desafios serão impostos, e caberá as redes municipais e estaduais, juntamente com o Ministério da Educação, alcançá-los para consolidar a redefinição do tempo de alfabetização, lembrando que existe uma estrutura de ensino em extinção, a de 8 anos, e uma nova em ampliação.

A representante da Secretaria de Educação Básica ressalta alguns pontos importantes para que os Secretários Municipais de Educação possam superar esses desafios. Entre eles, a reelaboração das propostas pedagógicas, dos projetos político-pedagógicos e regimento escolares, a convivência das duas estruturas do ensino fundamental, a elaboração de um novo currículo

para o novo ensino fundamental.

Conforme Aricélia, o currículo do Ensino Fundamental é entendido, nesta Resolução, como constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, que buscam articular vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuem para a construção da identidade dos estudantes.

De acordo com o texto das Diretrizes, o currículo deverá então, estabelecer uma relação articulada entre a base nacional comum e obrigatória e a parte diversificada, que também tem aspectos que são definidos obrigatoriamente, mas é possível acrescentar questões locais, que vão diferenciar de município para município. E, quando pensarmos em currículo, lembra Aricélia, será necessário articular outros três pontos importantes que são os componentes do currículo, as áreas de conhecimento e os saberes que fazem parte da cultura escolar.

Para finalizar, ela lembra que o processo de alfabetização será de grande importância para o desenvolvimento do aluno, portanto, deverá ocorrer no período dos três primeiros anos do Ensino Fundamental, que correspondem aos 6, 7 e 8 anos de idade da criança. Já a partir do 4º ano, o aluno irá consolidar os saberes e por isso, precisa de uma base forte. "A criança não pode chegar analfabeta no 4º ano do ensino Fundamental. Então a gente reafirma nas Diretrizes essa necessidade".

Planejar a Educação Básica Brasileira, esta é a função do PNE

Este ano, 2010, o Brasil conclui o 1º Plano Nacional de Educação (PNE). Foram 10 anos de planejamentos e metas estabelecidos, e muitos não cumpridos. Mas, o desafio continua para o próximo Plano Nacional de Educação, que está em discussão, e passará a vigorar em 2011.

O PNE foi assunto debatido em várias audiências, seminários, fóruns da educação, e durante os dois anos da Conferência Nacional de Educação - Conae, colocando em pauta as diretrizes e metas para o próximo Plano, o que culminou em constatações e análises sobre as prováveis modificações e melhorias, que deverão ser realizadas para a execução durante os próximos 10 anos de vigência. Como assunto de grande importância para todos os municípios o tema também foi discutido no I Seminário de Educação da Undime Região Sul.

De acordo com o Presidente da Undime/SC, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, um dos grandes problemas dos planos e planejamentos elaborados, é que muitos ficam no papel e não conseguem ser cumpridos em sua totalidade. "Plano para ser Plano, tem que ter capacidade de execução, senão, será mais uma manifestação de ideias e vontades, mas que não se concretizam", expõe.

A discussão contou com a participação do Secretário Executivo Adjunto do MEC e também responsável pela atualização da Avaliação do PNE, Francisco das Chagas Fernandes, que ressalta a importância de avaliar e analisar as melhorias que

podem ser feitas para o próximo Plano. "Nós precisamos planejar a educação brasileira para os próximos 10 anos. Essa é a tarefa do setor educacional, em relação ao Planejamento Nacional da Educação".

Na opinião de Chagas, após as análises, e com base na avaliação realizada sobre o Plano em vigor, o

PNE precisará atender a três características Básicas. A primeira é que o Plano seja de Estado, pois é um planejamento que independe de governos, e por isso não deve estar vinculado ao partido ou parlamentar que está à frente do governo. "Suas diretrizes, estratégias e metas devem ser para o Estado Brasileiro", diz.

A segunda característica, é que o Plano deve levar em consideração a República Federativa, o regime de cooperação e colaboração entre os três entes federados - União, Estados e Municípios, visto que cada um é corresponsável pela qualidade da educação oferecida às crianças brasileiras.

Como terceiro ponto, Chagas ressalta a importância da definição de estratégias para a implementação do Plano Nacional de Educação, o que não ocorre no atual Plano. "Temos uma Federação, temos em tese um Sistema Nacional de Educação, mas nós não temos as Leis que regulamen-

tam o regime de colaboração".

Segundo ele, muitos municípios ainda não fizeram seus Planos de Educação, por não haver estratégias para a respectiva implementação. "Se o Plano Nacional de Educação for aprovado e não tivermos os Estaduais e Municipais, na prática ficará como uma Lei apenas, por que quem realiza

a educação brasileira, em grande parte são as redes municipais e estaduais", explica.

Quanto às questões de financiamento para o novo PNE, Chagas alerta que deverá haver um crescimento na porcentagem do valor relacionado ao PIB, que é repassado para

a educação, para possibilitar o alcance das metas. "Teremos como desafio, colocar no Plano Nacional de Educação, mais recursos para a educação. É preciso definir as fontes, conforme discutido na Conae, porque irão gerar o financiamento da educação. É preciso modificar as fontes existentes, ou incluir novas, para podermos avançar no percentual do PIB repassado à educação", explica.

Pinto da Luz concorda com Chagas e salienta que apenas 5% do PIB, repasse atual, não é suficiente para o financiamento da educação em um país que, em aproximadamente 4 décadas, dobrou sua população. Segundo ele, é preciso que o Plano tenha metas, factibilidade e, principalmente, o financiamento adequado às

necessidades e realidades da situação educacional atual, caso contrário será mais uma manifestação de intenções.

Hoje, além do PNE, a Educação Básica no Brasil conta com programas como o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano de Ações Articuladas (PAR), que transformam o PNE em condições operacionais e possibilitam a captação de recursos para as escolas.

O presidente da Undime/SC ressalta ainda que, para atingirmos as metas do PNE hoje - inserção de 50% das crianças de 0 a 3 anos de idade nas creches e inclusão das crianças de 4 a 5 anos até 2016 -, seria necessário o investimento de aproximadamente 13 bilhões de reais, valor que ultrapassa os cerca de 10 bilhões de reais da DRU. Se incluirmos o Ensino Médio, que também será obrigatório até os 17anos, somaríamos a este montante mais 5 bilhões de reais. "A queda da DRU não atende a Educação Infantil, muito menos a Educação Básica, incluindo Ensino Fundamental e Médio", diz.

Outro desafio apontado pelo Secretário Executivo Adjunto do MEC é a Gestão da educação, que diz respeito às responsabilidades dos Dirigentes Municipais de Educação, visto que estes são os responsáveis pelo bom andamento e cumprimento das metas do PNE. "Existem municípios que já têm o Plano e vão atualizar, mas há aqueles que ainda não o tem, e vão ter que pensar. É um planejamento que não pode faltar para os Dirigentes Municipais de Educação", finaliza Chagas.

“É preciso modificar as fontes existentes, ou incluir novas, para podermos avançar no percentual do PIB repassado à educação”

O fazer pedagógico voltado para transformação do espaço escolar

Como a escola é o primeiro espaço formal do educando, é nela que se desperta o prazer por aprender, e porque não, o aprender acompanhado de muita arte e criatividade. É com este intuito que a Escola Reunida Municipal Professora Lydia Franzon Dondoni, de Nova Erechim, desenvolve, desde 2003, o Projeto Aprender com Arte, que propõe uma reflexão para transformar a escola em um espaço criativo e prazeroso, com ações pedagógicas simples, que atraem os alunos, para a consolidação da aprendizagem.

Nesta instituição existe uma preocupação muito grande em melhorar o espaço escolar. Para isso é preciso entrar no imaginário escolar e ressignificar os conceitos em relação a ação educativa proposta. A percepção do contexto dos sujeitos que estão inseridos no ato do fazer educativo deve ser diagnosticada, alinhada e readequada aos interesses presentes na escola, mas principalmente a meta da consciência epistemológica que atravessa os fazeres metódicos na escola.

Como um espaço de aprendizagem, a escola visa ao desenvolvimento integral do ser humano. Nada melhor que por aí se canalize sistematicamente o universo artístico e suas linguagens. O projeto pretende enfatizar que as brincadeiras são indispensáveis para as vivências do cotidiano infantil. Por conta disso, elas devem estar inseridas de forma educativa e lúdica na rotina escolar dos alunos.

O projeto desenvolve atividades que contemplam a representação das diferentes linguagens de



Os alunos interagem com a comunidade e aprendem várias atividades por meio de oficinas diversas como bordado

forma gradual, buscando resultados singelos, sem muita pretensão de mudar radicalmente seu jeito de ensinar, mas que mostre à comunidade escolar que a forma de ensinar deve estar diretamente ligada ao aprender, de forma lúdica, prazerosa. E que este pode ser um processo de diálogo, que propõe interações reais de práticas, que levam em conta o ato coletivo.

Segundo a Coordenadora do Projeto, professora Sandra de Ávila Farias Bordignon, todo este trabalho vem referendar o contexto pós-moderno, a resistência à estratégia pedagógica, que se abre para a dimensão criativa do ato de ensinar, projetando para seus alunos oportunidades de convivência prática, intensa, com oficinas que transcendem o lado a lado de professor e aluno, solidário e atuante. Cada qual com suas especificidades.

O principal objetivo do projeto é oportunizar dentro do espaço

escolar, físico e social, diferentes momentos para a prática da arte e do conhecimento multidisciplinar de diferentes linguagens, com vistas a melhorar a autoestima das crianças e, conseqüentemente, sua aprendizagem.

O Projeto consiste em oficinas educativas escolares e comunitárias, divididas com horários e locais. Na escola são desenvolvidas as oficinas de Bordado, Pintura, Confecção de Brinquedos, Xadrez e Iniciação ao Inglês. Para a comunidade, Tênis de Mesa, Culinária, Bordado em Fita, Bordado Russo, Crochê, Pintura para crianças. Sandra explica que diversas metodologias são utilizadas, de acordo com cada oficina. As crianças são estimuladas para dar vida a tudo o que fazem, enfatizando valores humanos que reforçam ações positivas.

Colaboração Escola Reunida Municipal Professora Lydia Franzon Dondoni,

Escola de Pais do Brasil em Urussanga

No município de Urussanga estão sendo realizados os Círculos de Debates da Escola de Pais do Brasil (EPB), onde semanalmente, um grupo de pessoas se reúne para debater e estudar os diversos aspectos da educação dos filhos. As inscrições das pessoas interessadas em participar dos Círculos ocorreram após o Seminário de lançamento da EPB, em outubro de 2009.

Em um programa de dez encontros são repassados conhecimentos valiosos que buscam ajudar os pais a encontrarem os melhores caminhos para a educação dos filhos em um mundo de rápidas transformações.

Durante os encontros são abordados temas como “Mãe, Esposa e Mulher – Sua atualidade” e “Pai e o Exercício da Paternidade”.

Recentemente as seccionais de Lages, São Joaquim, Curitiba e Orleans se reuniram em Curitiba, para a Revisão Regional do Planalto Serrano e Sul Catarinense.

O principal objetivo do encontro foi o estudo e avaliação do Planejamento Estratégico da Escola de Pais do Brasil. O encontro regional é realizado anualmente para atualizar os conhecimentos dos sócios da Escola de Pais do Brasil, que atua em todo território nacional com a missão de “Ajudar pais, futuros pais e agentes educadores a formar verdadeiros cidadãos”.

Colaboração SME Urussanga

Saúde auditiva auxilia no processo de aprendizagem

A audição exerce papel fundamental nas etapas do desenvolvimento infantil, garante informações que propiciam a aquisição da linguagem e assegura a integridade do desempenho educacional, além de preservar os aspectos individuais, sociais e psíquicos da criança. Com vistas a proporcionar uma educação de qualidade e saudável aos alunos da rede, a Secretaria Municipal de Educação de Guabiruba desenvolve o projeto “Para aprender é preciso ouvir!”.

O programa tem como objetivo intervir preventivamente quanto a possíveis alterações auditivas dos alunos de primeiras e segundas séries, matriculados na rede municipal de ensino. Para tanto, são realizadas triagens auditivas que detectam quais alunos necessitam de uma avaliação audiológica completa.

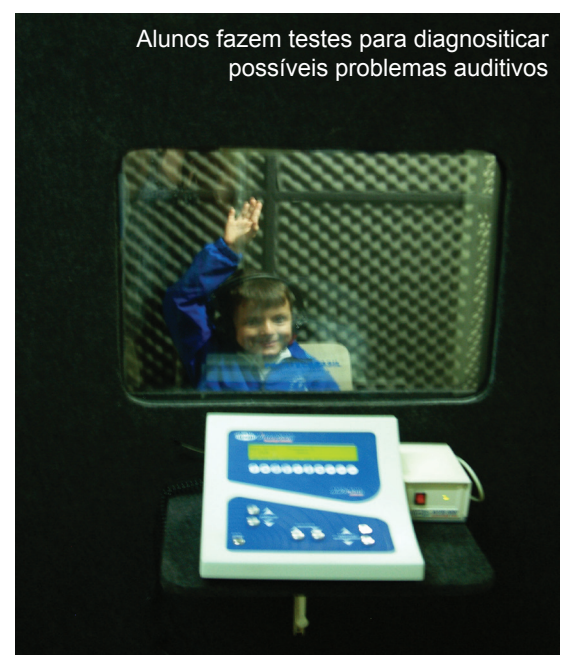
O serviço integra o quadro de atividades do Atendimento Educacional Alternativo Especializado (AEAE). Desta forma, todos os alunos

matriculados nas primeiras e segundas séries receberam o Termo de Consentimento, que foi encaminhado aos pais. A triagem só será efetuada na criança que tiver a permissão assinada.

As triagens serão desenvolvidas pela Fonoaudióloga Cristiane Gomes da Luz Monestel, com o amparo de um trabalho interdisciplinar sobre Saúde Auditiva, realizado pela Pedagoga, Danusa Vilela dos Santos, e pela Educadora Física, Jaqueline Franciele da Rocha Weber.

Segundo a Secretaria de Educação, esse atendimento procura colaborar no processo de ensino aprendizagem dos educandos, uma vez que estão no início do processo de interpretação da fala e da linguagem e por isso precisam ouvir bem distintamente, sem interferências, a fim de perceber as minúcias da fala e desenvolver estratégias necessárias para adquirir habilidades de interpretação.

Colaboração SME Guabiruba



Alunos fazem testes para diagnosticar possíveis problemas auditivos